



## Condsef alerta para que servidor evite optar pelo Regime Complementar da Previdência

Desde a reforma da Previdência, em 2019, os novos servidores públicos estatutários são obrigados a aderir ao Regime de Previdência Complementar (RPC), para que consigam se aposentar pelo teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no valor hoje de R\$ 7.087,22. Caso queiram receber o salário da ativa, se for maior do que o teto do INSS, eles têm de contribuir a mais para o RPC, além dos 14%

No entanto, esse regime não é obrigatório para os servidores a mais tempo na carreira, que já pagavam pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), antes da reforma de 2019. Para esses, o RPPS permite a aposentadoria integral pelo salário que recebem, a partir da contribuição que varia de 11% a 22%, dependendo do que ganham. Os 22% são pagos por aqueles que ganham o teto do funcionalismo, acima de R\$ 30 mil. A contribuição pelo RPC de 14% garante apenas o teto do INSS.

Para atrair esses servidores mais antigos ao novo regime, o governo federal abriu uma janela de maio a 30 de novembro deste ano para a transferência optativa ao RPC. Ocorre que, segundo o secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (Condsef), Sérgio Ronaldo, a possibilidade de prejuízos financeiros para a categoria é grande. O motivo é a decisão do governo de Jair Bolsonaro (PL) em não promover concursos públicos.

“No governo Bolsonaro o

número de servidores federais concursados, estatutários, caiu de 665 mil para 501 mil, ou seja, uma queda de 164 mil. Justamente ao contrário dos governos Lula e Dilma, que contrataram por meio de concurso, 247 mil servidores. E para que o novo Regime de Previdência Complementar possa ter o caixa no azul, para pagar quem se aposenta, precisa que novos servidores concursados sejam contratados pelo governo”, diz

“Sabemos que regimes de fundos de previdência podem falir. Se não forem repostos os servidores que se aposentam, não tem quem contribua e, como a Funpresp [Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal] vai pagar pela aposentadoria dos que optaram pelo RPC?, questiona Sérgio Ronaldo.

Levantamento feito pela entidade, mostra que pouco mais de 290 mil servidores do Executivo poderiam migrar para o regime complementar, mas o dirigente da Condsef alerta para a propaganda, segundo ele, enganosa do governo federal.

“Hoje o regime próprio já garante a aposentadoria pelo salário da ativa. Não tem cabimento trocar o certo pelo duvidoso. O que eles querem é desidratar o RRPS para depois numa canetada acabar com a possibilidade da aposentadoria integral do servidor. É uma política combinada com o mercado financeiro para iludir o servidor público”, acredita o dirigente da Condsef.

Fonte: CUT



### Atividade em alusão ao Dia dos Pais

O Sindsep/MA através da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer irá realizar no próximo dia 10, quarta-feira, uma homenagem em alusão do Dia dos Pais.

O evento vai acontecer no Auditório da entidade, a partir das 15h, e terá como atividade principal a palestra “Os desafios da paternidade na era digital”, com Marcos José Costa Ferreira, diretor de Comunicação do Sindsep/MA.

Após o momento da palestra será oferecido um coffee break para os pais que se fizerem presentes.

Essa é mais uma atividade de que o Sindsep/MA proporciona para estreitar cada vez mais o canal de comunicação com a sua base.

## Comunicação efetiva com a pessoa com deficiência auditiva e surda na Atenção Primária à Saúde é tema de curso da UMA-SUS-UFMA

Os profissionais de saúde e as equipes de atenção devem buscar capacitação para atenderem, de forma especializada, às demandas em saúde de todas as pessoas. Considerando a inclusão e a integralidade como norteadores do cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde, a UNA-SUS-UFMA abre inscrições para o curso Comunicação efetiva com a pessoa com deficiência auditiva e surda na Atenção Primária à Saúde. O curso tem início imediato e é ofertado 100% on-line.

A oportunidade educacional é fruto da parceria entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Maranhão, por meio da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED-UFMA), Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e Grupo SAITE (CNPq-UFMA).

A capacitação tem por objetivo reconhecer a comunicação efetiva com a pessoa com deficiência auditiva e surda nos serviços de Atenção Básica contemplando as possibilidades comunicativas com os pacientes inseridos nesse contexto. O curso é ofertado na modalidade a distância com metodologia autoinstrucional, ou seja, sem a mediação de tutores.

Com carga horária de 180

horas, a oferta está dividida em três módulos: Módulo 1: “Surdo-mudo” é coisa do passado: desmistificando a comunicação com a pessoa com deficiência auditiva e surda; Módulo 2: Comunicação, perda auditiva e atenção à saúde da pessoa com deficiência auditiva e surda: uma inter-relação necessária; e Módulo 3: Promovendo mudanças: comunicação inclusiva nos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Durante a jornada de aprendizagem, o estudante terá acesso a diversos suportes educacionais, como: vídeos, podcasts, e-books, infográficos interativos, material em PDF e questionários. O público-alvo da capacitação são profissionais de saúde e gestores que atuam na APS, além de técnicos, acadêmicos e demais interessados na temática.

O aluno poderá emitir a certificação após concluir os três módulos disponíveis, de 60 horas cada, totalizando 180 horas. O certificado é gratuito, reconhecido pelo MEC e validado pela Universidade Federal do Maranhão.

As inscrições podem ser feitas através do link: [una-sus.ufma.br](http://una-sus.ufma.br)

Fonte: UFMA

## 21 capitais brasileiras já marcaram ato pela democracia na quinta, dia 11

Em defesa da democracia, brasileiros vão ocupar as ruas do país na quinta-feira, dia 11 de agosto, data que simbolizará um marco na luta contra a escalada do autoritarismo que volta a ameaçar a liberdade e os direitos da população, desta vez estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), com seus discursos contra o sistema eleitoral, ataques a ministros do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) e as urnas eletrônicas.

Em 21 capitais, grandes atos já estão marcados. Outros atos em cidades do interior também estão sendo organizados. Ato principal, a manifestação em São Paulo ocorrerá às 17h, em frente ao MASP na Avenida Paulista.

O “dia de mobilização nacional em defesa da democracia e por eleições livres” está sendo organizado pela CUT, demais centrais sindicais, movimentos populares, partidos políticos, estudantis e outras entidades da sociedade civil.

Matéria completa em: [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)